

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 23, 03, 88
cod. CID 000 31

CEDI - P. I. B.
DATA 23, 03, 88
COD

CONCEITOS EM CONFLITO: TERRAS E TERRITÓRIOS INDÍGENAS (*)

sociedade brasileira, embora estas não sejam sempre fornecidas.

Anthony Seeger

Movimento Sem Terra, Movimento Etnicos e Outros Estudos, BRASILIA - 1983

Embora todos reconheçamos a ameaça onipresente às terras indígenas, tivemos poucas oportunidades de refletir com calma e debater certos aspectos mais complexos do assunto. Há sempre um perigo que nossas análises se reduzam à nossas posições políticas e, na atuação dos cientistas sociais a favor dos direitos dos índios à terra, não se deve excluir uma reflexão mais completa. Neste trabalho levanto várias questões sobre a política indigenista com respeito a terras indígenas e sobre a reação das sociedades indígenas à redução dos seus territórios. O assunto transcende os índios brasileiros; no mundo inteiro a proliferação de grupos minoritários usando identidade étnica para lutar por fins políticos pode ser vista como uma característica da segunda metade deste século. Este trabalho argumenta que há um conflito entre a percepção da terra indígena por parte da sociedade nacional e o uso que muitas sociedades indígenas fazem das suas terras: construindo territórios para a sua própria auto-definição contra a sociedade branca. Essas diferenças têm implicações para uma análise da ameaça às terras indígenas e da política indigenista do passado e de hoje.

A política indigenista brasileira é coerente e clara no primeiro momento de contato entre tribos isoladas e partes da sociedade nacional. A política de atração iniciada por Rondon, e posta em prática por Nimuendaju e muitos outros, tem sido importante para a sobrevivência de muitos grupos. No caso de tribos arredias, ninguém pode negar que são Índios, que vivem diferentemente de nós e que precisam de terras amplas (porque vivem da caça e coleta) e de assistência para garantir sua sobrevivência. É por isso que é possível mobilizar tanto apoio para projetos como o Parque Nacional do Xingu ou o Parque Yanomami. A necessidade desses grupos terem terra e assistência é clara, para membros de vários setores da

(*) Apresentado no Painel sobre "Terras e Territórios Indígenas", III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 17 a 19 de outubro de 1979. Deve-se muito ao trabalho de Seeger e Viveiros de Castro (1979) e aos comentários dos outros membros do painel: Caio Lustosa (advogado, Porto Alegre), Carlos Alberto Ricardo (UNICAMP), Pedro Agostinho (UFBA) e Sílvio Coelho dos Santos (UFSC)

A política de terras indígenas e a política indigenista, porém, são muito menos definidas e cheias de contradições, depois do estágio inicial de atração, quando terras são prometidas, filmes são feitos, fotografias tiradas e os acontecimentos numa pequena sociedade indígena viram por um instante o foco de atenção para a nação e de vez em quando para o mundo ocidental. "Índios com roupas" não são considerados índios por muitos setores da população, não são fotografados e seu futuro é deixado nas mãos do órgão tutelar, dos interesses regionais e deles mesmos. As terras anteriormente consideradas necessárias para sua sobrevivência são posteriormente pensadas como "sub-utilizadas" e geralmente reduzidas em tamanho ou expropriadas. A situação das terras indígenas neste segundo momento é característica da grande maioria das áreas hoje. Há quatro questões relevantes:

1. Qual é a política implícita ou explícita envolvida na demarcação de terras indígenas? Quais são as implicações desta visão para as sociedades indígenas que têm muitos anos de contato com partes da sociedade nacional?
 2. Quais são as percepções das sociedades indígenas sobre as suas terras depois destas estarem delimitadas?
 3. Tendo em vista os itens 1 e 2, que tipo de direito têm, ou devem ter, os grupos indígenas sobre as suas terras?
 4. Quem tem direito às terras indígenas?
1. A política implícita ou explícita na demarcação de terras indígenas

Uma questão a ser levantada em relação à política de terras indígenas é o que "nós" (membros da "sociedade brasileira") pensamos sobre a finalidade das terras indígenas. Diferentes sociedades indígenas receberam terras em momentos diversos da história do Brasil e não me considero competente para fazer mais do que um levantamento da questão. Proponho que, na maioria dos casos, quando a terra foi dada aos índios, pensava-se numa área homogênea, geograficamente delimitada por fronteiras relativamente

claras.

Objetivamente, uma das razões mais óbvias para a demarcação de terras indígenas é ter direito claro a tudo que está fora. Assim, uma vez demarcada uma gleba de terra para os índios, o resto é ocupável. Existe também uma tendência para encarar as terras indígenas como uma reserva em benefício da União. Assim, a reforma agrária é mais frequente em terras indígenas (à custa dos índios) do que em outras grandes propriedades. E como Sílvio Coelho tem levantado, a tendência de colocar barragens em terras indígenas para fornecer energia às terras não indígenas é muito grande, assim como estradas, linhas elétricas, etc. A perda de cerca de 50% (cinquenta por cento) das terras, discriminadas ou demarcadas, pelos índios no Rio Grande do Sul desde 1911 é característica do que acontece com grupos em contato intensivo com a sociedade nacional (ver Simonian, mimeo).

O processo de ocupação das terras indígenas obviamente resulta de modificações na economia regional e especialmente no meio rural. Mas há mais do que isso. A visão evolucionista das sociedades indígenas que estava atrás do estabelecimento S.P.I. e da grande maioria das áreas indígenas hoje existentes, é importante para entender a política de terras indígenas. Sob este ponto de vista, os índios arredios eram seres primitivos da "idade da pedra", que com cuidado e educação poderiam tornar-se membros úteis da sociedade brasileira. Para poder atingir este ponto precisavam de terras.

Em relação à terra, a idéia de evolução das sociedades indígenas envolve a concessão de amplas terras para os índios recém-contatados, mas implica em que depois de aldeados e integrados não precisarão de tantas terras. Os índios são considerados incapazes de utilizar seus territórios. A política indigenista relativa às terras dos grupos aldeados tem sido o arrendamento ou uso direto das terras pelo órgão tutelar; a prática política tem sido a expropriação e alocação para outros fins. Em ambos os casos está implícito que os índios que deixam de ser arredios não precisam de tanta terra, nem usam a que têm de uma maneira adequada.

Uma outra justificativa para a redução ou expropriação das terras indígenas é a idéia ainda muito presente no pensamento comum hoje

de que os índios são uma raça em extinção. Muitos brasileiros pensam que os índios já não existem mais; outros comentam "coitados, estão acabando". Grupos em extinção não precisam de tantas terras; a terra concedida o é temporariamente, para amenizar o fim inevitável.

Envolvida neste conjunto de idéias está a consideração de que a finalidade de uma política indigenista é a integração dos índios na sociedade nacional através de sua "emancipação". O assunto da emancipação já recebeu um tratamento mais profundo (ver Cadernos da Comissão Pró-Índio, nº 1); não vou retomá-lo aqui. Mas envolve a substituição de qualquer sistema nativo da terra pela posse individual de pequenas propriedades.

Setores diferentes da sociedade têm motivos diferentes para apoiar ou opor-se à demarcação de terras indígenas. Aqui só queria notar a mudança de atitude em relação aos índios e às suas terras depois da sua pacificação e aldeamento e de ver sua necessidade de terras sob uma visão evolucionista, pela qual eles não precisam sempre da mesma quantidade de terra. Esta visão entra em conflito direto com um dos resultados da delimitação ou demarcação de terras para os grupos indígenas: sua tomada de identidade étnica como arma na sua política de sobrevivência. Também deve ser salientado que os índios de fato precisam de terras e sua população crescente indica que irão usar cada vez mais os recursos que lhes restam.

2. As percepções das sociedades indígenas de seus territórios

Num trabalho anterior ("Terras e Territórios Indígenas", Encontros com a Civilização Brasileira, volume 12, junho 1979, páginas 101-109), Eduardo Viveiros de Castro e eu discutimos como as mudanças na relação com a terra (no seu duplo aspecto de meio de produção e território político) tendem a influenciar a organização e a definição étnica dos diferentes grupos indígenas. Antes do contato com as frentes de expansão, a pluralidade de adaptações sócio-ecológicas impede que se coloque uma problemática uniforme de "terra indígena". Como variavam as formas econômicas de uso da terra entre os vários grupos, variavam também as formas de percepção do território tribal. Certos grupos tinham um território claramente percebido, com fronteiras legitimadas em mito e de longa

duração (por exemplo no alto Rio Negro). Outros grupos percebiam de maneira totalmente diferente sua relação com o espaço geográfico, sem fronteiras fixas. Dificilmente se encontrava uma visão do território semelhante à que nós possuímos. Em termos econômico-jurídicos, a terra, para as sociedades indígenas que conheço, não se definia nunca como mercadoria, objeto alienável de transações individuais. A propriedade, se esta noção faz algum sentido no caso, era investida no grupo local e os direitos individuais ou familiares se exerciam sobre o trabalho na terra, sobre os frutos deste trabalho. Neste sentido, a terra não podia ser definida como espaço homogêneo, mas como mosaico de recursos (tipos de solo, de matérias e seres ali encontrados, etc.) desigualmente distribuídos por uma superfície sem existência conceitual nítida. O território, enquanto tal, podia ou não ser pensado como espaço fechado - isto dependia sobretudo das relações entre diferentes grupos tribais de uma mesma região e também das formas econômicas prevalentes.

Mas os conceitos nativos de terra e território, tanto a nível do uso de recursos como a nível da percepção social do espaço e das concepções jurídicas e políticas do território, tendem a homogeneizar-se com o contato e a dominação. A mais importante modificação para discussão hoje é a produção "espontânea" de uma concepção indígena de terra como espaço homogêneo, fechado por fronteiras definidas pelo direito nacional e que distingue duas identidades étnicas em oposição: os brancos (fora) e os índios (dentro). Nesta medida, a tendência recentemente identificável é contra os brancos, pensada a partir de um código jurídico-cultural imposto (e transgredido) pelos próprios brancos. Neste momento, a uniformização do conceito de terra indígena, fundamentalmente em termos negativos - expropriação da terra -, tende a fornecer as bases para a constituição de uma identidade étnica geral - índio - definida a partir desta relação de luta contra a expropriação.

O conceito de território como espaço identificado com um grupo étnico cresce, em muitas sociedades indígenas, a partir de uma política de delimitação ou demarcação de terras indígenas. A política indigenista, que visava o desaparecimento das sociedades indígenas como tal, acaba fornecendo aos próprios índios uma arma que possibilita sua sobrevivência.

É possível imaginar que o grau de consciência étnica de cada grupo varie de modo diretamente proporcional a duas variáveis: (a) o grau

de controle que ainda dispõe sobre seu território (ou desejam dispor); (b) o tipo e grau de pressões que ameaçam este território. Outras variáveis são relevantes: a situação histórica de contato, o grau de domínio dos códigos culturais brasileiros, o tipo de agência mediadora entre a comunidade e a sociedade nacional. Estas variáveis precisam de mais investigação, de preferência comparativa.

Há uma tendência para ver a tomada de consciência étnica como evoluindo para uma consciência de classe. Acho problemático ver os dois termos como oposições ou simples alternativas. Consciência étnica é uma defesa usada por um grupo contra membros de outros grupos, e é atualmente uma estratégia especialmente apta para grupos indígenas, quando a assistência aos provavelmente excede a assistência aos outros grupos no interior - embora deixe, por muito, de ser suficiente. Num outro momento outras alianças talvez se tornem mais usadas; mas não exclusiva, nem irreversivelmente (ver Seeger, 1980). O que precisamos investigar com mais cuidado - indo além dos discursos dos envolvidos e investigando cuidadosamente casos de conflito (por exemplo em Nonoai, a reserva Kadiuêu, a situação Xavante, etc.) - é o projeto político implícito ou explícito de cada grupo. Quando entram na arena da política, as lideranças indígenas enfaticamente não são crianças: na política interna dos grupos eles sempre conseguiram influência através de alianças e nunca tiveram poder absoluto ou forças armadas à sua disposição. Não deve surpreender que hoje, na cena nacional, eles façam alianças políticas e que falem coisas que grupos diferentes querem ouvir (até sendo de vez em quando "inconsistentes"): são políticos em todos os sentidos. Antropólogos podem investigar para qual finalidade, com quais considerações e ressalvas, grupos indígenas fazem suas alianças em dadas circunstâncias, mas é uma questão de difícil resposta. Precisamos evitar a tendência de reduzir a política dos grupos indígenas à política nacional; assim como devemos evitar, como proposta teórica, reduzir as terras, as crenças e as sociedades indígenas às concepções de terras, crenças e sociedade presente como "senso comum" na sociedade brasileira. Minha experiência no Xingu, embora com um grupo de poucos anos de contato com os brancos, mostrou-me que a visão dos Villas Boas da sua aliança com os índios Suyã, e a visão dos Suyã de sua aliança com os Villas Boas, eram radicalmente diferentes. Os Suyã baseavam suas relações com os brancos num projeto político e numa visão do mundo essencialmente Suyã - mas realizado através de alianças com

peessoas a agências diversas.

A relação dos grupos indígenas com seus territórios - sua percepção desses como espaço político e social além de econômico - pode ser um aspecto importante da sua sobrevivência. Precisamos de mais estudos sobre este assunto, do ponto de vista dos grupos indígenas, para poder começar a ver os índios não como passivas vítimas da dominação branca, mas como atores vivos, usando os recursos à sua disposição para garantir sua sobrevivência.

3. Que tipo de direito têm, ou devem ter, as sociedades indígenas sobre as terras?

Nos itens anteriores foi mostrado que a doação de parcelas de terra às sociedades indígenas é representada como uma doação de terras: simples recursos para garantir a sobrevivência imediata do grupo; mas que muitas vezes, para os índios, essas terras viram territórios - com implicações bastante diferentes. Essas terras, transformadas em territórios, fazem parte da sobrevivência do grupo social, política e economicamente. Hoje as sociedades indígenas confrontam várias ameaças às suas terras que necessitam uma avaliação jurídica. Parece-me importante que a visão antropológica de território seja considerada junto com as outras considerações na formulação de defesas jurídicas das terras ameaçadas. Um exemplo da falta de considerar terras como território é a expropriação de terras indígenas. A FUNAI, tratando as áreas indígenas como terras, aceita indenização das mesmas em dinheiro. Para o grupo indígena, isto é quase sempre contra os seus interesses: seu território é frequentemente a sua identidade.

É muito argumentado que não existe posse coletiva na jurisprudência nacional, e que as sociedades indígenas eventualmente vão ter que optar pela posse individual de glebas pequenas de terra: de virar pequenos proprietários. Mas porque eles não podem vir a ser sociedades anônimas? Uma tribo indígena já é em muito como uma corporação. Porque um índio "integrado" tem que ser pequeno proprietário, pobre, sujo, indolente, ultrapassado e mestiçado? É interessante como a política indigenista tem como finalidade produzir este estereótipo ao vivo. É isto porque o estereótipo determina a política? Será que nem os visionários da política indigenista conseguem escapar de um esquema evolucionista e

inventaram uma política que produz o estereótipo?

4. Quem tem direito a terras indígenas?

Quando é que um índio deixa de ser índio? Qual é a finalidade eventual da política indigenista (e por implicação, das reservas indígenas)? Essas questões importantes estão respondidas no Estatuto do Índio e nas declarações de vários Ministros do Interior: a integração na sociedade brasileira. Mas que é integração? E que sociedade é essa do Brasil? A emancipação já foi bastante debatida e já comentei o estereótipo de um índio "emancipado". E a sociedade brasileira? É uma sociedade uniforme, com um tipo de comportamento considerado aceitável? Ou é um território em que há espaço para uma variedade de sub-culturas, de minorias étnicas ou sociais de contribuição de maneiras distintas à nação? Esta é uma questão fundamental não somente para as sociedades indígenas, mas também para outros grupos minoritários que estão marginalizados hoje.

O chefe da tribo Suyá (o líder da facção mais forte, através de aliança com uma outra facção e os administradores do Parque Nacional do Xingu), depois de uma semana conosco no Rio de Janeiro, falou para sua mulher que, embora muitos Suyá queiram 'virar brancos', depois da sua visita ele achou melhor ficar como Suyá. "Ficar como Suyá" quer dizer coisas diferentes em momentos diferentes (Seeger, 1980). Mas o próprio sentimento de "querer ficar diferente" é um desafio à política indigenista e à concepção de uma nação no mundo moderno.

A ameaça às terras de muitos grupos é muito séria, e alguns deles usam a identidade étnica como arma de defesa de seus territórios. Mas existem outros grupos indígenas que já perderam todas as suas terras, ou cujas terras estão tão invadidas que sua situação jurídica é muito complexa. Nem por isso deixaram de ter identidade étnica ou de ser "índios". Ora, alguns desses grupos, como na Bahia, reivindicam terras como seu direito. A acusação contra esses grupos por parte dos outros que ocupam seus antigos territórios é que eles não são índios. "Não há índios no Acre", falou um governador do Acre; um levantamento contou mais de oito mil indivíduos considerados diferentes por falar línguas nativas, viver diferentemente, etc. Eram chamados "caboclos". Existem na Bahia

grupos que não falam sua língua nativa, mas se mantêm "índios".

Muitos grupos indígenas que lutam para obter ou defender as suas terras comentam que os brancos somente reconhecem "índios bonitos" como índios; aqueles que andam nus, usam cocar e sabem cantar. Eles, que não fazem isto, não são considerados índios. Certos grupos, em reação a isto, estão aprendendo novos rituais, falando sua língua nativa e tentando ser "índios" para os brancos. Com nosso estereótipo do que é um índio, estamos forçando os índios do Brasil a virar nossos índios. Os grupos da Bahia que estão aprendendo novos rituais para mostrar às autoridades são um exemplo disto. Devemos admitir que há muitas maneiras de ser "índio", não somente uma que tem fundamento em esquemas evolucionistas ultrapassados.

Estamos perante um problema que irá crescer enquanto os índios convivam mais com a sociedade nacional: é possível decretar que um ser humano é ou não é de um dado grupo social? Para os índios muitas vezes usa-se critérios genéticos; uma pessoa que se chama índio mas tem feições brancas ou cabelo crespo não é índio. Outras vezes usa-se critérios de evolucionismo. Estamos aqui de novo em confronto direto com questões antropológicas; estamos para sempre condenados a uma teoria genérica do Brasil como a mistura de três raças que assim perdem elementos culturais em favor de uma nova cultura, e de uma visão evolucionista dos índios, ou estamos prontos para enfrentar uma definição multi-cultural do Brasil, dos índios, das outras minorias e do futuro?

Conclusão

Para analisar a situação atual com respeito às terras indígenas é importante analisar tanto a visão da sociedade nacional do "índio" e da terra, quanto a visão dos grupos indígenas de território e as suas opções perante a sociedade nacional. A sociedade nacional tende a produzir seus estereótipos; as sociedades indígenas tendem a tomar esses estereótipos como uma arma para sua sobrevivência.

BIBLIOGRAFIA

- Comissão Pró-Índio de São Paulo - A Questão da Emancipação.
Cadernos da Comissão Pró-Índio, S.P., nº 1. São Paulo: Global Editora, 1979.
- SEEGER, Anthony - "A Identidade Étnica como Processo: Os Índios Suyá e as Sociedades do Alto Xingu", em Anuário Antropológico 78. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980. pp.156-176.
- SEEGER, A. e VIVEIROS DE CASTRO, E.B. - "Terras e Territórios Indígenas no Brasil", em Encontros com a Civilização Brasileira, volume 12, junho de 1979. pp. 101-109.
- SIMONIAN, L.T. (org.) - A Defesa das Terras Indígenas. Cadernos do Museu, Museu Antropológico "Diretor Pestana", Ijuí, R.S. mimeo.